RPPS

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

BOA VISTA DO BURICÁ | RIO GRANDE DO SUL

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO, FISCAL E COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO RPPS DE BOA VISTA DO BURICÁ -RS

Visando atender à legislação do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul – TCE/RS, especialmente o disposto no art. 2º, inciso IV, letra "g", da Resolução nº 1.134/2020 e da Resolução nº 1028/2015 do regimento Interno do TCE/RS, que trata da documentação a ser entregue para fins de exame das contas do município durante o exercício 2025, apresentamos o relatório e parecer do conselho deliberativo, conselho fiscal e comitê de investimentos, contemplando, na forma estabelecida pela referida Resolução, a análise das contas, bem como considerações sobre as aplicações financeiras, demonstrações contábeis e manutenção do equilíbrio previsto na avaliação atuarial, relativamente ao exercício financeiro de 2025, nos seguintes termos:

O Regime Próprio de Previdência Social – RPPS dos Servidores Públicos do Município de Boa Vista do Buricá, criado através da Lei Municipal nº 33/2000, organizado como fundo público tem como principal finalidade a gestão dos recursos financeiros dos seus segurados para manutenção e pagamento de benefícios atuais e futuros e proporcionar aos seus segurados e dependentes o amparo da previdência social assegurada constitucionalmente aos servidores públicos.

No exercício em análise, a Unidade Gestora do RPPS, responsável pela administração, gerenciamento e a operacionalização do fundo previdenciário, incluindo a arrecadação e gestão de recursos, a concessão, o pagamento e a manutenção dos benefícios, bem como a sua fiscalização estava assim composta:

Conselho Deliberativo do RPPS

Nome	Função	Formação	Certificação
Eloiza Franciele Lasta	Presidente – conselheira titular	Engenheira agrônoma - Pós graduação em Segurança Alimentar e Agroecologia.	Básico (CP RPPS DIRIG I) Dirigente

Fábio Rodrigo Lawall	Conselheiro titular	Engenheiro Civil - Pós- graduação em cálculo estrutural e fundações.	Básico (CP RPPS DIRIG I) Dirigente
Mirian Forster Werlang	Conselheira titular	Processo gerenciais/ Administração.	Básico (CP RPPS DIRIG I) Dirigente
Márcia Graff	Conselheira titular - Aposentada	Pedagogia em Supervisão Escolar. Pós Graduação em Educação, Cultura e Cidadania.	Básico (CP RPPS CODEL I) Deliberativo e Fiscal

Conselho Fiscal do RPPS

Nome	Função	Formação	Certificação
Marciano Cleomar Hartmann	Presidente – conselheiro titular	Administração e pós graduação em gestão pública	Básico (CP RPPS DIRIG I) Dirigente
Paula Schubert	Conselheira titular	Farmacêutica	Básico (CP RPPS CODEL I) Deliberativo e fiscal
Daniela Rodrigues da Silva	Conselheira titular	Ensino superior incompleto	Nível: Básico (CP RPPS COFIS I) Deliberativo e Fiscal

Comitê de Investimentos do RPPS

Nome	Função	Formação	Certificação
Sandra Schuster Recktenvald	Conselheira titular	Licenciatura Plena em Geografia	Básico (CP RPPS CGINV I) Gestão dos recursos e membros do comitê de investimentos do RPPS
Carla Francieli Klatt	Conselheira titular	Tecnóloga Em Planejamento E Gestão Para o	Básico (CP RPPS CGINV I Gestão dos

		Desenvolvimento Rural	recursos e membros do comitê de investimentos do RPPS
Vânia A. Jungblut	Conselheira titular	Bacharel em Administração	Básico (CP RPPS CGINV I) Gestão dos recursos e membros do comitê de investimentos do RPPS

Gestor dos Investimentos do RPPS

Nome	Função	Formação	Certificação
Nelson Warken	Gestor de Investimentos	Agricultura Familiar e Sustentabilidade	Básico (CP RPPS CGINV I) Gestão dos recursos e membros do comitê de investimentos do RPPS

A empresa Referência Gestão e Risco Ltda foi contratada para prestação de serviços técnicos de consultoria de investimentos, assessorando na elaboração de relatórios, análise de desempenho de carteira, acompanhamento da evolução do patrimônio do fundo, avaliação de novos produtos financeiros para aplicações de acordo com normas vigentes.

Quanto ao pleno acesso dos segurados às informações relativas à gestão do regime, nos termos do art. 1º, VI da Lei nº 9.717/98, informamos que tal prerrogativa foi assegurada através do atendimento a todos os requerimentos protocolados pelos segurados.

A política de investimentos (PI) para o ano de 2025 foi APROVADA em 11/12/2024, previu que os recursos do RPPS devem ser aplicados conforme a Resolução CMN 4.963/2021 e Portaria MTP 1.467/2022, tendo presentes as condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência. Observada a legislação vigente, devem ser alocados, conforme as diretrizes definidas na Política de Investimentos, nos seguintes segmentos de aplicação: **renda fixa, renda variável e investimento no exterior.**

ESTRATÉGIAS DA PI DE 2025 APROVADAS FORAM:

DEMONSTRATIVO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS - DPIN

ESTRATÉGIAS DE ALOCAÇÃO								
SEGMENTO	TIPO DE ATIVO	LIMITE DA RESOLUÇÃO CMN %	POSIÇÃO ATUAL DA CARTEIRA (R$)	POSIÇÃO ATUAL DA CARTEIRA (%)	ESTRATÉGIA DE ALOCAÇÃO - POLÍTICA DE INVESTIMENTO DE null			META DE RENTABILIDADE PARA O EXERCÍCIO POR TIPO DE ATIVO
					LIMITE INFERIOR (%)	ESTRATÉGIA ALVO (%)	LIMITE SUPERIOR (%)	
Renda Fixa	Títulos Públicos de Emissão do Tesouro Nacional - SELIC - Art. 7º, I, a	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15,00	
Renda Fixa	Fundo/Classe de Investimento - 100% Títulos Públicos SELIC - Art. 7º, I, b	100,00	39.825.384,09	87,27	0,00	79,00	100,00	
Renda Fixa	Fundo/Classe de Investimento em Índices de Mercado (ETF) - 100% Títulos Públicos - Art. 7º, I, c	100,00	0,00	0,00	0,00	0,50	2,00	
Renda Fixa	Fundo/Classe de Investimento em Renda Fixa - Geral - Art. 7º, III, a	60,00	5.809.413,84	12,73	0,00	16,00	60,00	
Renda Fixa	Fundo/Classe de Investimentos em Índices de Mercado (ETF) - Renda Fixa - Art. 7º, III, b	60,00	0,00	0,00	0,00	0,50	2,00	
Renda Fixa	Ativos de Renda Fixa Emitidos por Instituições Financeiras - Art. 7º, IV	20,00	0,00	0,00	0,00	0,50	15,00	
Renda Fixa	Fundo/Classe de Investimento em Renda Fixa - Crédito Privado - Art. 7º, V, b	5,00	0,00	0,00	0,00	0,50	5,00	
Renda Variável	Fundo/Classe de Investimento em Ações - Art. 8º, I	30,00	0,00	0,00	0,00	0,50	5,00	
Renda Variável	Fundo/Classe de Investimento em Índices de Mercado (ETF) - Art. 8º, II	30,00	0,00	0,00	0,00	0,50	20,00	
Renda Variável	Fundo/Classe de Investimento em BDR-Ações - art. 8º, III	30,00	0,00	0,00	0,00	0,50	5,00	
Renda Variável	Fundo/Classe de Investimento em BDR-ETF - art. 8º, IV	30,00	0,00	0,00	0,00	0,50	5,00	
Investimentos no Exterior	Fundo/Classe de Investimento em Renda Fixa - Dívida Externa - Art. 9º, I	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	

DEMONSTRATIVO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS - DPIN

SEGMENTO	TIPO DE ATIVO	LIMITE DA RESOLUÇÃO CMN %	POSIÇÃO ATUAL DA CARTEIRA (R$)	POSIÇÃO ATUAL DA CARTEIRA (%)	ESTRATÉGIA DE ALOCAÇÃO - POLÍTICA DE INVESTIMENTO DE null			META DE RENTABILIDADE PARA O EXERCÍCIO POR TIPO DE ATIVO
					LIMITE INFERIOR (%)	ESTRATÉGIA ALVO (%)	LIMITE SUPERIOR (%)	
Investimentos no Exterior	Fundo/Classe de Investimento em Ativos no Exterior - Art. 9º, II	10,00	0,00	0,00	0,00	0,50	5,00	
Investimentos Estruturados	Fundo/Classe de Investimento Multimercado FIM - Art. 10, I	10,00	0,00	0,00	0,00	0,50	10,00	

Fonte: DPIN: https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/pages/modulos/dpinV2/consultarDemonstrativos.xhtml

RENDIMENTOS

O total de rendimentos apurados nas aplicações financeiras no exercício de 2025 foi de R$ 6.550.749,76.

SALDO EM APLICAÇÕES AO FINAL DE 2025

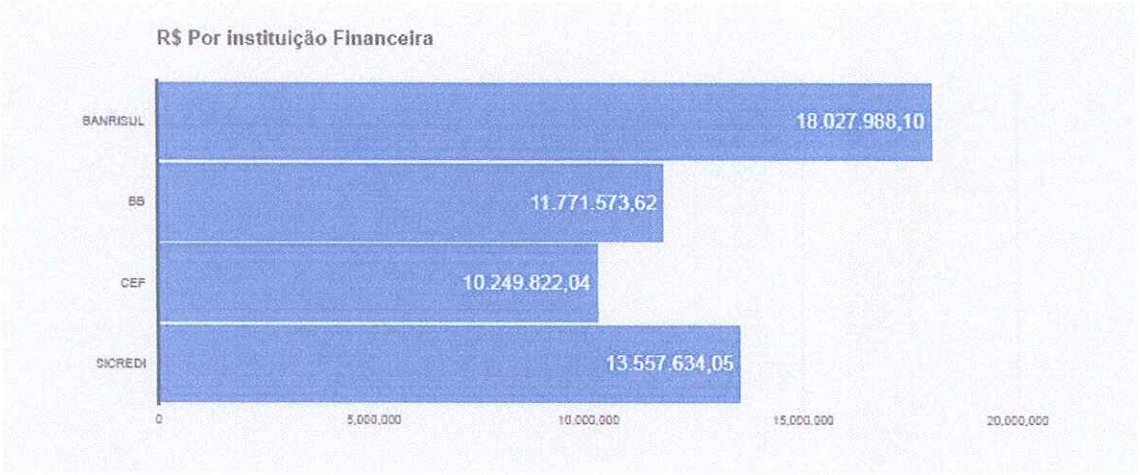
O montante total do capital investido do RPPS mais a disponibilidade financeira apurados na data de 31.12.2025 foi de R$ 53.607.017,81, está investido nos fundos de investimentos e somado a C/C conforme:

Composição da Carteira	12/2025	
	R$	%
BANRISUL ABSOLUTO RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	16.545.072,23	30,86
BANRISUL FOCO IDKA IPCA 2A RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	48.841,36	0,09
BANRISUL FOCO IMA-B RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	944.363,94	1,76
BANRISUL FOCO IMA-G RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	224.021,82	0,42
BANRISUL FOCO IRF-M 1 RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	265.688,75	0,50
BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	94.122,30	0,18
BB PERFIL RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIARIO LP	9.413.377,18	17,56
BB TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2027 RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	2.264.074,14	4,22
CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	962.154,57	1,79
CAIXA BRASIL IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	2.657.521,23	4,96
CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	395.167,55	0,74
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	706.157,14	1,32
CAIXA BRASIL RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP	5.528.821,55	10,31
SICREDI INSTITUCIONAL IMA-B RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA LP	1.081.292,15	2,02
SICREDI INSTITUCIONAL IRF-M 1 RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	570.581,92	1,06
SICREDI LIQUIDEZ EMPRESARIAL DI RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	11.905.759,98	22,21
Total:	53.607.017,81	100,00

Disponibilidade em conta corrente:	0,00
Montante total - Aplicações + Disponibilidade:	53.607.017,81

Fonte: RELATÓRIO REFERÊNCIA- conjuntura econômica

DISTRIBUÍÇÃO DOS RECURSOS APLICADOS POR INSTITUIÇÃO FINANCEIRA:



Fonte: RELATÓRIO REFERÊNCIA- conjuntura econômica

Vale ressaltar que TODAS as Instituições financeiras que o RPPS possui aplicações e que estão recebendo novos aportes do RPPS, constam na lista exaustiva do MPS (Ministério da Previdência Social).

META DA PI 2025

A meta atuarial da carteira de investimentos para o exercício de 2025, determinada na Política de Investimentos (PI), é composta por um índice mais uma taxa de juros, no exercício foi de IPCA+5,47%. O RPPS BOA VISTA DO BURICÁ em 31.12.2025, obteve uma rentabilidade acumulada de R$ 6.550.749,76, o que equivale a 142,33% da meta da PI. O RPPS atingiu 14,19% em percentual, enquanto o objetivo

(meta do exercício) foi de 9,97%.

MÊS BASE	RENTABILIDADE ACUMULADA		META		% da Meta
	R$	%			
12/2025	R$ 6.550.749,76	14,1867%	IPCA + 5,47%	9,97 %	142,33%

Fonte: RELATÓRIO REFERÊNCIA- conjuntura econômica

ENQUADRAMENTOS

Como já tratado anteriormente, a Política de Investimentos traz os limites de alocação em ativos de renda fixa, renda variável, estruturados, fundos imobiliários, em consonância com a legislação vigente. Além desses limites, há vedações específicas que visam dotar os gestores de orientações quanto à alocação dos recursos financeiros em produtos e ativos adequados ao perfil e às necessidades atuariais do RPPS.

São utilizados cenários projetados pelo mercado atual e futuro, bem como análises realizadas pela equipe da Consultoria Referência em conjunto com Comitê de investimentos. O documento em questão pode ser revisto ou alterado, de forma justificada, com objetivo de se adequar ao mercado ou à eventual alteração de Legislação.

Abaixo colocamos uma tabela com o enquadramento final do ano, conforme legislação vigente (Resolução CMN 4.963/2021):

Enquadramento 4.963/2021 e suas alterações – Política de Investimento

Enquadramento	Valor Aplicado (R$)	% Aplicado	% Limite alvo	% Limite Superior	Status
FI 100% títulos TN - Art. 7º, I, "b"	38.094.237,17	71,06%	79,00%	100,00%	ENQUADRADO
FI Renda Fixa - Art. 7º, III, "a"	15.512.780,65	28,94%	16,00%	60,00%	ENQUADRADO
Total:	53.607.017,81	100,00%	95,00%		

Fonte: RELATÓRIO REFERÊNCIA- conjuntura econômica

RESUMO DO MERCADO FINANCEIRO NO ANO DE 2025

O segundo semestre de 2025 foi marcado por um ambiente econômico ainda desafiador, porém com maior clareza quanto às direções das políticas monetária e fiscal, tanto no cenário internacional quanto no doméstico.

Cenário Internacional

No segundo semestre, os mercados globais passaram a operar com menor grau de surpresa, embora a volatilidade tenha permanecido elevada. Após o forte estresse observado no início do ano, o ambiente externo entrou em fase de acomodação, sustentado por sinais de maior pragmatismo nas relações comerciais e pela expectativa de ajustes graduais na política monetária das principais economias.

Nos Estados Unidos, o Federal Reserve manteve postura cautelosa, mas os mercados passaram a precificar de forma mais consistente a possibilidade de cortes graduais de juros nos anos seguintes. Esse movimento trouxe algum alívio para os ativos de risco e para os mercados emergentes.

O dólar permaneceu em patamar mais fraco frente às principais

moedas, favorecendo a valorização de ativos fora dos Estados Unidos. Bolsas europeias e asiáticas seguiram atraentes, assim como commodities, com destaque para o ouro, que continuou sendo utilizado como proteção diante das incertezas geopolíticas e fiscais.

A diversificação geográfica ganhou ainda mais força no segundo semestre, com redução da concentração em ativos norte-americanos e maior busca por equilíbrio entre risco e retorno. Esse movimento também sustentou o dinamismo do mercado global de fusões e aquisições.

Na renda fixa internacional, os Treasuries permaneceram com juros elevados, mas com tendência de estabilização. A sinalização de possíveis cortes futuros passou a influenciar positivamente os preços dos títulos, sobretudo nos vencimentos mais longos.

Quanto a China, a expectativa de crescimento do PIB para 2025 foi ajustada para 4,8%, após impactos iniciais de tensões tarifárias

Cenário Econômico Brasil

No Brasil, o segundo semestre foi marcado pelo foco quase exclusivo na política fiscal. O mercado acompanhou de perto a capacidade do governo de cumprir as metas do arcabouço fiscal, fator determinante para o comportamento da curva de juros de longo prazo.

A taxa Selic permaneceu em torno de 15% ao ano durante grande parte do período, mantendo a política monetária bastante restritiva. Essa postura contribuiu para a continuidade do processo de desaceleração da inflação, ainda que os índices permanecessem acima do centro da meta.

Em meados de agosto os EUA implementaram o chamado "tarifaço", estabelecendo uma alíquota padrão de 50% sobre uma vasta gama de produtos brasileiros. Inicialmente, o pacote previa atingir quase toda a pauta exportadora, que somou US$ 40,3 bilhões em 2024. Contudo, em novembro, houve uma atenuação das tensões comerciais após novos acordos; a administração norte-americana removeu tarifas adicionais de 40% sobre produtos brasileiros, beneficiando diretamente a agropecuária.

O real seguiu relativamente valorizado frente ao dólar, apoiado pelo diferencial elevado de juros, pela entrada de capital estrangeiro e pelos termos de troca favoráveis. Esse cenário trouxe maior previsibilidade ao ambiente doméstico, ainda que persistissem riscos associados à dinâmica fiscal.

As projeções de crescimento do PIB para 2025 se consolidaram na faixa entre 2,1% e 2,3%, refletindo atividade econômica mais resiliente do que se esperava no início do ano. O período foi marcado por um "pouso suave", com desaceleração gradual da atividade devido à política monetária contracionista e perda de tração da demanda interna. O setor de serviços e a agropecuária (com alta de 11,0%) foram os principais pilares de sustentação.

Evolução dos Investimentos no 2º Semestre

No segundo semestre, a renda fixa continuou sendo o principal pilar de retorno, especialmente os ativos atrelados ao CDI, que seguiram apresentando desempenho elevado em função da Selic alta.

Os títulos prefixados e indexados à inflação apresentaram comportamento mais sensível às notícias fiscais. Oscilações na percepção de risco levaram a períodos de volatilidade, sobretudo nos vértices mais longos da curva de juros.

O crédito privado manteve prêmios atrativos, mas com episódios pontuais de estresse, reforçando a necessidade de análise criteriosa, diversificação e atenção à liquidez dos ativos.

A renda variável teve desempenho mais equilibrado no segundo semestre, beneficiada pela expectativa de queda futura dos juros e pela melhora gradual do cenário macroeconômico, ainda que com volatilidade persistente. Assim, o Ibovespa fechou o ano com uma expressiva valorização de 34% atingindo recordes nominais próximos a 160 mil pontos.

Com base na análise dos relatórios da Consultoria Referência e no acompanhamento mensal realizado pelo gestor, Comitê de Investimentos e Conselhos, conclui-se que, no segundo semestre de 2025, os investimentos do RPPS atenderam às normas vigentes e à Política de Investimentos. Verificou-se o cumprimento das metas, o enquadramento dos ativos e a regularidade da gestão, não sendo identificadas deficiências ou irregularidades no período.

O RPPS atingiu 142,33% da meta da Política de Investimentos no exercício, mantendo todos os fundos da carteira devidamente enquadrados conforme legislação vigente

As Demonstrações Contábeis do RPPS foram elaboradas e publicadas em conformidade com as disposições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP.

PARECER FINAL

À vista do relatório, o Conselho Municipal de Previdência é de parecer de que as normas que regem as instituição e funcionamento do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Boa Vista do Buricá foram atendidos, e aprovadas em reunião dos mesmos nesta data, conforme registro em atas.

Boa Vista do Buricá, 16 de março de 2026.

Eloiza Franciele Basto
Presidente

Assinaturas

Av. Três Passos, 271, Boa Vista do Buricá - RS, 98918-000
Fone: (55) 3538-1155 - rpps.boavistadoburica.rs.gov.br